

1 Nos dias 05 e 06 de dezembro de dois mil e sete na sala de reuniões do Complexo do Ministério da
2 Cultura, situ a Esplanada dos Ministérios, bloco B, térreo, prédio sede dos Ministérios da Cultura e
3 do Meio Ambiente, Brasília – DF, realizou-se a 27ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de
4 Biodiversidade – CONABIO. Estavam presentes, no primeiro dia, os seguintes membros da
5 Comissão: Sr. **Braulio Ferreira de Souza Dias** (Secretário Executivo), representante do Ministério
6 do Meio Ambiente – MMA; Sra. **Iolita Bampi** (suplente), representante do Instituto Brasileiro de
7 Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Sr. **André Costa Misi** (suplente),
8 representante do Ministério das Relações Exteriores – MRE; Sr. **Bruno Machado Teles Walter**
9 (suplente) representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Sra.
10 **Ione Egler** (titular) e Sr. **Herbert Otto Schubart** (suplente), representantes do Ministério da
11 Ciência e Tecnologia – MCT; Sr. **Marco Aurélio Pavarino** (titular), representante do Ministério do
12 Desenvolvimento Agrário – MDA; Sr. **Rosalvo de Oliveira Junior** (suplente), representante do
13 Ministério da Integração – MI; Sra. **Margarete Campos Rebouças** (suplente), representante do
14 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP; Sra. **Ana Paula Pinho** (suplente),
15 representante do Ministério da Saúde – MS; Sr. **Marcelo Barbosa Sampaio** (titular), representante
16 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP; Sra. **Ana**
17 **Maria Giuliatti Harley** (suplente), representante da Academia Brasileira de Ciências - ABC; Sr.
18 **Rodrigo Justus de Brito** (suplente), representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do
19 Brasil – CNA; Sra. **Elisa Romano Dezolt** (suplente), representante da Confederação Nacional da
20 Indústria – CNI; Sr. **Lúcio Flores** (titular), representante da Coordenação das Organizações
21 Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB; Sra. **Fani Mamede** (titular), representante da
22 Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Sr. **Rodrigo Agostinho**
23 (suplente), representante dos Movimentos Sociais indicado pelo Fórum Brasileiro de ONGs e
24 Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS; Sr. **José Alberto de**
25 **Lima Ribeiro** (titular), representante do Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE. Os
26 seguintes convidados estavam presentes à reunião: Srs. **Nelson Ananias Filho** e **João Carlos**
27 **Petribu Filho**, representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Sr.
28 **Roberto Lorena**, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA,
29 Sra **Maria José Sampaio**, representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –
30 EMBRAPA. Também estavam presentes, pela Secretaria Executiva da CONABIO, a Sra. **Érica**
31 **Frazão Pereira**, Sra. **Gláucia Jordão Zerbini** e o Sr. **Felipe Diniz**; a Srta. **Andréia Valva** e o Sr.
32 **Hélio Cunha**, do Departamento de Conservação da Biodiversidade - SBF/MMA. A pauta da
33 reunião compreendeu os seguintes itens: **1. ABERTURA; 2. APROVAÇÃO DA PAUTA; 3.**

34 **APROVAÇÃO DA ATA da 26ª Reunião Ordinária da CONABIO; 4 ASSUNTOS PARA**
35 **DELIBERAÇÃO: 4.1 Calendário de Reuniões Ordinárias da CONABIO – ANO 2008; 4.2**
36 **Minuta de deliberação que amplia o prazo de duração e altera competências da Câmara**
37 **Técnica Temporária de Biocombustíveis e Biodiversidade; 5. APRESENTAÇÕES: 5.1 Dra.**
38 **Maria José Sampaio; 6. DIRETRIZES E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE PARA**
39 **PROPOSTA DE INCORPORAÇÃO DA TEMÁTICA CONSERVAÇÃO E**
40 **BIODIVERSIDADE NOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS: 6.1 Apresentação da Proposta –**
41 **CTP PANBIO; 6.2 Apreciação e Encaminhamento; 7. ASSUNTOS GERAIS; 8.**
42 **ENCERRAMENTO. O SR. BRAULIO DIAS (MMA) Abriu a reunião comentando sobre a**
43 **consulta pública promovida pela Casa Civil sobre Acesso à Recursos Genéticos, apresentando o**
44 **link de acesso a essa consulta. A pauta foi colocada em votação, tendo sido aprovada sem nenhuma**
45 **alteração. O item seguinte foi a colocação em votação da Ata da 26ª Reunião Ordinária da**
46 **CONABIO, houve solicitação de correções ortográficas e de conteúdo. O SR. BRUNO WALTER**
47 **(MAPA) solicitou correção na fala da SRA. IVANEIDE BANDEIRA, com relação ao PAC, tendo**
48 **sido aprovada com alterações. Seguindo a ordem da pauta, foi colocado em votação a proposta de**
49 **calendários das Reuniões Ordinárias da Conabio, tendo sido também aprovada com alterações, a**
50 **reunião de dezembro ficou dias 02 e 03 ao invés de 09 e 10, tendo sido informado que este seria**
51 **enviado à todas as secretarias dos colegiados nacionais ligados ao meio ambiente. Foi apresentado**
52 **pela SRA. GLÁUCIA JORDÃO ZERBINI, da Secretaria Executiva da CONABIO, informe sobre**
53 **os trabalhos da Câmara Técnica Temporária de Biocombustíveis e Biodiversidade, que solicitou**
54 **extensão de prazo para seu funcionamento até abril de 2008, tendo sido prorrogado, entretanto, para**
55 **junho, com a apresentação de um relatório parcial em abril. Houve alteração também na**
56 **competência desta CT no item da deliberação apresentada, considerada não muito clara pelos**
57 **membros da CT. A proposta apresentada sofreu alteração de conteúdo, tendo sido incluído “no**
58 **âmbito da CONABIO” e disposto acerca de ações preventivas, mitigatórias e compensatória. O SR.**
59 **MARCELO SAMPAIO (SEAP) – propôs a inclusão de tecnologias alternativas de algas na**
60 **produção de biocombustíveis, como item de competência da CT, retirado pelo mesmo, tendo sido**
61 **acatada então uma proposta para que a CT considerasse a possibilidade de recomendar à CONABIO**
62 **organização de um *workshop* técnico, de parceria entre MMA, MAPA e SEAP, chamando**
63 **especialistas para identificar potenciais tecnologias alternativas. A CONABIO aprovou as**
64 **proposições de alteração de data e de competência da Câmara Técnica Temporária de**
65 **Biocombustíveis e Biodiversidade de forma unânime. O SR. MARCO PAVARINO (MDA) –**
66 **Solicitou a inclusão do MDA nesta CT, tendo sido também acatada em votação unânime. Seguiu-se**

então ao próximo item de pauta, que foi a apresentação da **SRA. MARIA JOSÉ AMSTALDEN SAMPAIO (EMBRAPA)** que foi o Relato da Reunião de Especialistas Ad Hoc sobre Transferência de Tecnologia e Cooperação Científica e Tecnológica em Genebra. Foi feita uma breve discussão sobre o mecanismo de intermediação para promover e facilitar a cooperação técnico-científica da COP (*Clearing-House Mechanism*). A **SRA. MARIA JOSÉ AMSTALDEN SAMPAIO (EMBRAPA)** comentou acreditar que haverá uma proposta na COP 9, na Alemanha, acerca de um mecanismo de transferência de tecnologia entre países no âmbito da CDB. O **SR. BRAULIO DIAS (MMA)** complementou que o Brasil, enquanto presidente desde a COP-8, um ponto que a Ministra Marina Silva tem insistido é que se deve avançar com implementação, significando ter os meios., sendo necessária a insistência na parte financeira, aumentando a disponibilidade de recurso financeiro para as questões de acesso aos recursos genéticos e repartição de benefício. A **SRA. MARIA JOSÉ AMSTALDEN SAMPAIO (EMBRAPA)** comentou sobre a necessidade de discussão de *needing assessment* e comentou o Brasil não ter feito este exercício de levantamento das demandas nacionais. O **SR. BRAULIO DIAS (MMA)** informou que o Brasil, de fato, ainda não fez este exercício, citou o exemplo da Colômbia, em cooperação com a Alemanha, ponderou que se se quer cobrar transferência de tecnologia, o Brasil, como demandantes, tem que indicar o que se quer. Lembrando que, o caso do Brasil é mais complexo porque é também gerador de tecnologia. Há a necessidade também de se mapear o que se pode oferecer de tecnologia para conservação sustentável de biodiversidade para terceiros países, particularmente, países aqui da América Latina e África. A **SRA. IONE EGLER (MCT)** – informou que a proposta para que houvesse um estudo de *needing assessment*, como uma condição para que se começasse um programa de cooperação de transferências de tecnologia foi fortemente rebatido pelo MCT, porque, uma vez feito o exercício de levantamento das demandas, se observou que as necessidades de tecnologias podem ser outras. Afirmou que o que se tem procurado são salas de negociação, como ferramenta mais eficiente para se negociar a transferência de tecnologia, uma coisa mais eficiente que o *Clearing-House Mechanism*, que trabalha mais com tecnologias que não tem direitos de propriedade. Informou também que se precisa ter um painel de assessoramento como sala de negociação no processo da transferência de tecnologia, que ainda não se conseguiu examinar muito bem como funciona e que há de se trabalhar um pouco mais com o pessoal da área de propriedade intelectual. O **SR. BRAULIO DIAS (MMA)** informou que, eventualmente, este assunto vai voltar a ser tratado na COP-9, e até seria importante que a CONABIO amadurecesse idéias para se defender lá. Informou ainda que será disponibilizado para todos o Relatório apresentado ou o *link* para baixá-lo. Foi passado ao próximo item de pauta que trata da discussão de diretrizes e critérios

100 de elegibilidade para a proposta de incorporação da temática de conservação e biodiversidade nos
101 Fundos Constitucionais. Foi informado que o assunto foi discutido e é oriundo da CT Permanente
102 do PANBIO. O **SR. ROSALVO JÚNIOR (MI)** fez uma apresentação sobre os Fundos
103 Constitucionais como introdução para o assunto em pauta. O **SR. BRAULIO DIAS (MMA)**
104 complementou a apresentação com informações acerca do que fora discutido na CT PANBIO,
105 cabendo uma participação da CONABIO em termos de contribuir para o aperfeiçoamento das
106 diretrizes e identificação de temas prioritários para financiamento para ser encaminhado ao
107 Ministério da Integração, tendo sido proposta da CT que o que fosse consenso nesta reunião, seria
108 encaminhado para o MI. Ele identificou que, na área de financiamentos, seria interessante se ter
109 mais informações sobre os Fundos setoriais que o MCT acompanha e administra para que sejam
110 trazidos para a CONABIO para que seja considerada a pertinência de se fazer recomendações com
111 relação à aplicação de recursos desses Fundos para os temas de biodiversidade. Foi proposto que a
112 Comissão, no caso de haver interesse, identificasse os consensos no texto e pontos controversos
113 para serem melhores discutidos e trabalhar, no dia seguinte, com vistas para que se tentasse aprovar
114 uma recomendação inicial da Comissão ainda para o exercício de 2008. O que não houvesse
115 consenso se procuraria trabalhar para o exercício de 2009. A **SRA. FANI MAMEDE (CONTAG)**
116 solicitou que, em virtude de ser tema complexo, da CONTAG trabalhar com estes créditos e de não
117 ter tido tempo de consulta às usa bases, se tivesse um prazo até a próxima reunião para se discutir o
118 texto. O **SR. BRAULIO DIAS (MMA)** esclareceu que, se fosse adotado esta decisão, significaria
119 que só se iria fazer um exercício voltado para o ano de 2009. O **SR. LÚCIO FLORES (COIAB)**
120 externou que a comunidade indígena ali representada também contou com dificuldade de tempo e
121 impossibilidade de discussão. Informou achar que é preciso conversar com as lideranças indígenas e
122 depois fazer um pronunciamento de um consenso dos povos indígenas, se posicionando com
123 deliberar o assunto só em 2008. O **SR. RODRIGO BRITO (CNA)** também informou que a CNA
124 teve dificuldades em relação a passar isso às federações e que se posiciona pela discussão, mas não
125 por um encaminhamento ao MI nesta reunião ainda. O **SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP)**
126 informou também estar se posicionando pela não deliberação da proposta, e sim apenas que se faça
127 a discussão da mesma. O **SR. JOSÉ ALBERTO RIBEIRO (MONAPE)** também considerou
128 importante que a MONAPE discutisse com a sua base alguns mecanismos que possam contribuir
129 com o processo e manter a discussão no ano de 2008. O **SR. MARCO PAVARINO (MDA)**
130 informou que acreditava não ser possível que se vencesse algumas questões ou se conseguisse
131 alguns esclarecimentos mais aprofundados do texto apenas nesta reunião. O **SR. ROBERTO**
132 **LORENA DE BARROS SANTOS (MAPA)** informou a dificuldade que o Ministério da

133 Agricultura tem para fazer consensos, porque precisa internalizar melhor a discussão para podermos
134 termos posicionamentos, mas em absoluto não se furtará à discussão prévia, se houver. A **SRA.**
135 **IONE EGLER (MCT)** se posicionou para que o assunto seja objeto de consideração e discussão
136 com atenção por parte da CONABIO e que há uma capacidade de se incluir muitos atores sociais
137 em atividades de conservação e proteção da biodiversidade. O **SR. MARCELO SAMPAIO**
138 **(SEAP)** sugeriu o tem ser tratado como tema de pauta em reunião ordinária da CONABIO. O **SR.**
139 **HERBERT SCHUBART (MCT)** pontuou que não se deveria perder uma oportunidade dessas de
140 se acelerar um processo para aperfeiçoar políticas públicas tão importantes como esta. O **SR.**
141 Rosalvo Junior (MI) externou a preocupação de se deixar passar a chance para se fazer
142 posicionamentos ainda para as diretrizes dos Fundos Constitucionais de 2008 e que algumas
143 propostas não teriam problemas de consenso e a partir destas, já se poderia ter algum produto da
144 CONABIO aos Fundos Constitucionais. O **SR. RODRIGO AGOSTINHO (ONGS**
145 **AMBIENTALISTAS)** comentou que se poderia aproveitar o dia seguinte para aprofundar melhor a
146 discussão e aí verificar a possibilidade de se deliberar sobre algum ponto específico ou não. A **SRA.**
147 **FANI MAMEDE (CONTAG)** replicou que quando se abre um documento desta natureza para
148 discussão, ele é analisado por completo e há questões que não poderiam ter o posicionamento da
149 CONATG sem consulta de lideranças e bases. A **SRA. IONE EGLER (MCT)** falou da
150 necessidade de se ter uma deliberação de procedimento para o correto encaminhamento. O **SR.**
151 **BRAULIO DIAS (MMA)** conduziu, então, uma votação pela deliberação de encaminhamento,
152 apresentando duas opções: uma opção foi de uma discussão para identificar pontos de consenso
153 visando o encaminhamento ainda este ano para o Ministério da Integração de recomendações para a
154 possível incorporação nas regras que vão ser vigentes para 2008; a outra foi fazer uma discussão,
155 mas no sentido a mapear quais são os pontos de consenso, quais são os pontos de dificuldades e
156 usar esta informação para se planejar como encaminhar o assunto para 2009, mas tendo clareza que
157 isso significa que nós estamos abrindo mão da possibilidade de já impactar as diretrizes que serão
158 aplicadas para o ano de 2008. Foi deliberado por oito votos a quatro pela opção 2, com o registro de
159 uma abstenção (MRE). Às 18h45 a reunião no primeiro dia foi encerrada. No segundo dia da
160 reunião, dia 06 de dezembro, no mesmo local, estando presentes as seguintes membros da
161 Comissão: o Sr. **Braulio Ferreira de Souza Dias** (Secretário Executivo) e o Sr. **Lídio Coradin**
162 (suplente), representantes do Ministério do Meio Ambiente – MMA; Sra. **Iolita Bampi** (suplente),
163 representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis –
164 IBAMA; Sr. **André Costa Misi** (suplente), representante do Ministério das Relações Exteriores –
165 MRE; Sr. **Bruno Machado Teles Walter** (suplente) representante do Ministério da Agricultura,

166 Pecuária e Abastecimento – MAPA; Sr. **Herbert Otto Schubart** (suplente) representante do
167 Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT; Sr. **Marco Aurélio Pavarino** (titular), representante do
168 Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Sr. **Rosalvo de Oliveira Junior** (suplente),
169 representante do Ministério da Integração – MI; Sr. **André Fenner** (suplente), representante do
170 Ministério da Saúde – MS; Sr. **Marcelo Barbosa Sampaio** (titular), representante da Secretaria
171 Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP; Sra. **Ana Maria Giullietti**
172 **Harley** (suplente), representante da Academia Brasileira de Ciências - ABC; Sra. **Elisa Romano**
173 **Dezolt** (suplente), representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Sr. **Rodrigo**
174 **Agostinho** (suplente), representante dos Movimentos Sociais indicado pelo Fórum Brasileiro de
175 ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS; Sr. **José**
176 **Alberto de Lima Ribeiro** (titular), representante do Movimento Nacional dos Pescadores –
177 MONAPE. Os seguintes convidados estavam presentes à reunião: Sr. **Nelson Ananias Filho**,
178 representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Sr. **André Arantes**
179 **Luciano**, representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP. Também
180 estavam presentes, pela Secretaria Executiva da CONABIO, a Sra. **Érica Frazão Pereira**, Sra.
181 **Gláucia Jordão Zerbini** e o Sr. **Felipe Diniz**; a Srta. **Andréia Valva** e o Sr. **Hélio Cunha**, do
182 Departamento de Conservação da Biodiversidade – SBF/MM. O **SR. BRAULIO DIAS (MMA)**
183 abriu a reunião no segundo dia, informando sobre a distribuição dos livros no dia anterior,
184 especificamente sobre o livro de mudanças climáticas e biodiversidade, que ele acreditou ser
185 importante para o momento porque o Ministério do Meio Ambiente está coordenando discussões
186 para que se elabore um plano nacional de mitigação e adaptação para mudança climática, com a
187 qual a biodiversidade possui interface. Propôs que fosse feita primeiramente uma leitura do texto,
188 com destaques nos pontos de divergência ou de conflito ou ainda necessidade de detalhamento;
189 numa segunda leitura, se faria a apresentação dos argumentos/posicionamentos; e finalmente, a
190 proposição de alteração dos textos e, ao final do dia, se faria a programação para a continuação
191 deste trabalho, pediu ao Sr. Rosalvo Junior (MI) que falasse sobre o cronograma do Ministério da
192 Integração para os Fundos Constitucionais. O **SR. ROSALVO JÚNIOR (MI)** informou que se
193 teria até o dia 31 de março para se ter o texto da CONABIO e sugeriu que fosse indicado um
194 técnico do MMA para acompanhar as discussões deste texto no MI. Sugeriu também que, enquanto
195 houvesse quorum, se fizesse um intervalo de 30 minutos antes de encerrar o dia para a decisão de
196 encaminhamento do material dos Fundos Constitucionais. Presenteou a CONABIO com dois livros
197 do MI. O **SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP)** sugeriu que se fizesse uma discussão por Fundos,
198 por causa das peculiaridades regionais. Ficou decidido que se faria a leitura de todo o documento

199 com a solicitação de destaques no texto e, em seguida, a discussão por fundo. Seguiu apresentação,
200 feita pela **SRTA. ANDREINA VALVA (DCBIO/MMA)**. Em seguida, o **SR. BRAULIO DIAS**
201 **(MMA)** iniciou a leitura do texto pelas “Diretrizes” para o Fundo Constitucional do Nordeste,
202 solicitando que cada um dos membros presentes identificassem potenciais problemas ou
203 necessidades de um aprofundamento. Foram feitos destaques nos seguintes tópicos:
204 'Aprimoramento dos mecanismos...' - destaque CTPANBIO e IBAMA; 'Apoio à pesquisa e difusão
205 de conhecimento...' - destaque CTPANBIO; 'Esforços continuados por resultados...' - destaque
206 CTPANBIO, SEAP,CNA; 'Manutenção do atendimento prioritário à agricultura familiar...' -
207 destaque SEAP; 'Inovação contínua dos processos...' - proposição CTPANBIO; 'Composição
208 paritária dos conselhos...' - proposição CTPANBIO, destaque CNA; 'Levar em consideração as
209 questões sócio-ambientais...' - proposição CTPANBIO, destaque MS; 'Levar em consideração as
210 especificidades culturais...' - proposição CTPANBIO, destaque MS; proposição MI e ABC –
211 especificidade, biodiversidade do Nordeste/Semi-árido; proposição MMA, Lei da Mata Atlântica;
212 proposição SEAP, considerar a conservação da biodiversidade. Seguiu-se a leitura da segunda parte
213 do texto, intitulada “Prioridades Gerais”, com destaque para os seguintes itens: 'Projetos
214 apresentados por agricultores familiares...' - destaque MMA e SEAP; 'Projetos localizados em áreas
215 adequadamente...' - destaque CTPANBIO, MI e SEAP; 'Projetos inseridos em arranjos produtivos
216 locais...' - destaque CTPANBIO e MI; 'Projetos de modernização de empreendimentos...' - destaque
217 CTPANBIO; 'Projetos de empresas que ampliem...' - destaque MS; 'Projetos com alto grau de
218 geração de emprego...' - destaque MS; 'Projetos para a proteção de mananciais' - proposição
219 CTPANBIO, destaque MI, MCT e MS; 'Projetos de prevenção, combate e controle do fogo' -
220 proposição CTPANBIO, destaque MMA; 'Projetos para a erradicação de espécies invasoras' -
221 proposição CTPANBIO, destaque MS, IBAMA, MDA, MCT e SEAP; 'Garantir o uso sustentável
222 dos recursos...' - proposição CTPANBIO, destaque MMA, MCT, IBAMA, MDA, ABC e SEAP;
223 proposição SEAP – adequação do uso de espécies nativas; proposição ABC – arranjos produtivos
224 para espécies nativas. Seguiu-se ao terceiro tópico do texto “Prioridades Setoriais”, com os
225 seguintes destaques: 'Projetos de agricultura irrigada...' - destaque MMA; 'Projetos relacionados ao
226 desenvolvimento regional...' - destaque CTPANBIO, MDA, SEAP, CNI; 'Projetos desenvolvidos
227 em espelho d'água públicos' - destaque CTPANBIO, SEAP e MS; 'Projetos agroindustriais que
228 contribuam...' - destaque CTPANBIO; 'Projetos de infraestrutura econômica...' - destaque
229 CTPANBIO, MS e CNI; 'Projetos da indústria extrativa de minerais...' - destaque CTPANBIO, MS
230 e CNI; 'Turismo em suas diversas modalidades...' - destaque CTPANBIO; 'Projetos de práticas
231 agrícolas conservacionistas...' - proposição CTPANBIO, destaque MMA, SEAP, MS e MI;

232 'Atividades de manejo agroflorestal...' - proposição CTPANBIO, destaque MDA; 'Projetos de
233 irrigação norteados por princípios...' - proposição CTPANBIO, destaque MMA; 'Projetos de
234 sustentabilidade de RPPNs...' - proposição CTPANBIO, destaque CNA; 'Projetos para a valorização
235 da biodiversidade...' - proposição CTPANBIO, destaque MCT e SEAP); proposição MS, CNI –
236 projetos de pesquisa em saúde/que utilizam a biodiversidade para a produção de fármacos,
237 cosméticos...; proposição MMA – projetos que agreguem valor a produtos oriundos da
238 sociobiodiversidade. Passou-se a leitura do quarto tópico “Prioridades Espaciais”, com destaque nos
239 seguintes itens: 'Projetos que atendam às recomendações de ordenamento territorial...' - proposição
240 CTPANBIO, destaque SEAP e CNA; 'Projetos instalados nas áreas de influência de projetos
241 públicos...' - destaque CTPANBIO, MMA e CNI; 'Projetos que promovam a diversificação da
242 produção...' - destaque CTPANBIO, ABC e SEAP; 'Projetos localizados nas mesoregiões de
243 atuação...' - destaque SEAP, MS e MMA; 'Projetos para recuperação e restauração de áreas
244 degradadas...' - proposição CTPANBIO, destaque CNA e SEAP; 'Projetos para averbação,
245 recuperação...' - proposição CTPANBIO; 'Projetos que promovam uma boa gestão...' - proposição
246 CTPANBIO, destaque IBAMA e MMA; proposição SEAP – parques aquícolas; proposição MS,
247 SEAP – projetos de distribuição de água para o consumo humano/projetos privados para a captação
248 de cisternas – deslocado para o tópico 3 “Prioridades Setoriais”. Abriu-se a leitura do tópico 5
249 “Restrições”, na qual se dirigiu a leitura diretamente para as propostas de acréscimos feitas pela
250 CTPANBIO: (atividades e/ou empreendimentos localizados sobre Áreas de Preservação
251 Permanente – APP, destaque MMA, CNI, MI, SEAP, CNA e MDA); (Atividades,
252 empreendimentos, planos e/ou projetos localizados em áreas de amortecimento de Unidades de
253 Conservação e Terras Indígenas, que estejam em desacordo com o Plano de Manejo da unidade e
254 que não tenham anuência da unidade gestora da mesma, destaque CNI, SEAP e MDA); (Atividades
255 localizadas em áreas de reserva legal que estejam em desacordo com a legislação vigente sobre o
256 tema, destaque MDA); (Produção de carvão vegetal oriundo de mata nativa, destaque CNA e MS);
257 (Atividades que promovam desmatamento no entorno de unidade de conservação e terras indígenas,
258 destaque CNA, CNI e MDA); (Projetos que promovam novos desmatamentos, destaque CNA, CNI
259 e MDA); (Atividades em propriedades que não tenham Reserva Legal averbada e Áreas de
260 Preservação Permanente preservadas, destaque SEAP, CNA, CNI e MDA); (Grandes projetos de
261 infra-estrutura sem Avaliação Ambiental Estratégica – AAE realizada, destaque CNI, SEAP e MS).
262 O **SR. ANDRÉ FENNER (MS)** apresentou a idéia de se terminar a discussão dos destaques neste
263 primeiro fundo, antes de se proceder a leitura dos demais. O **SR. MARCELO SAMPAIO (SEAP)**
264 apresentou a idéia de se mapear os fundos restantes a partir das considerações feitas neste primeiro,

265 por causa das similaridades entre as propostas. Foi decidido pelo encaminhamento da discussão do
266 FNE e que as alterações sugeridas neste fundo e que se mostrarem pertinentes para outros fundos,
267 seria trabalhado inicialmente pela Secretaria Executiva. O **SR. BRAULIO DIAS (MMA)** conduziu
268 o processo para se decidir a metodologia, ficando decidido que as instituições que pediram
269 destaque, apresentassem defesa, ficando as alterações em colchetes para que fossem levadas às
270 bases para consulta e depois decidido os conflitos em Plenário e que, quando não decididos, seriam
271 retirados das propostas da CONABIO. Teve início o processo de discussão com a proposição de que,
272 se houvesse consenso, retiraria-se os colchetes e, na ausência de consenso, manteria-se os colchetes
273 com texto alternativo. No segundo item do FNE (Aprimoramento dos mecanismos de
274 governança...), com destaque da CNA, que propôs a substituição de 'órgãos gestores' por 'Conselhos
275 Deliberativos da Superintendência de Desenvolvimento', tendo sido retirado 'Superintendência de
276 Desenvolvimento', e mantido 'fortalecimento do capital social', mantido o item entre colchetes. No
277 item seguinte ('Apoio à pesquisa e difusão do conhecimento...'), foi analisada a inclusão da palavra
278 ambiental, com destaque da SEAP, que solicitou a inclusão 'com sustentabilidade ambiental' ao
279 final do item, tendo sido acatado. Foi informado aqui que na sistematização do texto, a ser
280 encaminhada, seriam retiradas as menções das instituições autoras das propostas. No item seguinte
281 ('Esforço continuado por resultados...'), apresentando destaque do MDA, que sugeriu alteração de
282 redação ao final, substituindo 'por meio de estratégias ambientalmente sustentáveis' por 'e adoção de
283 práticas ambientalmente sustentáveis', que foi acatado. O próximo item com destaque ('Manutenção
284 do atendimento prioritário...'), tendo a CNA, CNI, o MDA e a SEAP pedido destaque, e este último
285 apresentado a inclusão 'pescadores artesanais e aqüicultores familiares'. O MDA solicitou a
286 complementação com 'comunidades e povos tradicionais', tendo sido consensual a proposta, com a
287 solicitação ao Ministério da Integração sobre o aspecto da 'economia informal' em uma proposta de
288 governo. No item seguinte ('Composição paritária dos Conselhos Deliberativos...'), a CNI sugeriu a
289 retirada deste ponto por não entender a não se tratar de diretriz, apoiada pela CNA e pela SEAP,
290 tendo sido o parágrafo inteiro mantido entre colchetes. O próximo item ('Levar em
291 consideração...'), com destaque pelo Ministério da Saúde que pediu a inclusão de 'sociais' em
292 especificidades, que foi apoiado. Com relação ao item 'Levar em consideração as especificidades...',
293 com pedidos de destaque do MI e da Academia Brasileira de Ciências, que propôs alterar o texto
294 para 'considerar as especificidades da biodiversidade do Nordeste', seguiu-se uma discussão sobre a
295 abrangência do Fundo e os limites dos diferentes biomas presentes no Nordeste, com destaque ou
296 não para a Caatinga. Tendo sido presente parágrafo alterado, com a proposta de enumeração dos
297 biomas, mas mantido entre colchetes, juntamente com o parágrafo seguinte ('Considerar a

298 ecofisiologia e ecologia dos organismos vivos...”). No item seguinte ('Considerar e aplicar os
299 preceitos previstos no Decreto 750/03...' - proposta do MMA), foi discutido a pertinência da
300 manutenção da referência ao Decreto, tendo sido mantida a proposição original, sem dissenso. No
301 último item das diretrizes, a proposição da SEAP ('Considerar a conservação e o uso sustentável...').
302 Tendo sido complementado com 'em todos os projetos financiados pelo Fundo', com consenso, em
303 nada mais para ocorrer no período, seguiu-se o Intervalo para o almoço. O **SR. BRAULIO DIAS**
304 (**MMA**) reiniciou os trabalhos da tarde, com o primeiro item das Prioridades Gerais ('Projetos
305 apresentados por agricultores familiares...'), com a proposta do MMA de menção à Lei 11.236/06 e
306 de retirada dos termos 'por mini e pequenos produtores rurais', o que foi acatada, porém registra-se
307 aqui a preocupação manifestada pela SEAP e MONAPE de o texto ser claro para a sua aplicação,
308 notadamente para o pequeno empreendedor. No próximo parágrafo ('Projetos localizados em áreas
309 adequadamente localizadas...')quem pediu destaque fora o MI e a SEAP. O **SR. ROSALVO**
310 **JÚNIOR (MI)** propôs substituir a expressão 'indicadas por Zoneamento Socioeconômico
311 Ecológico' por 'instrumentos de ordenamento territorial existentes no ordenamento jurídico do País',
312 foi mantido a proposição da CT ('Levando em consideração Áreas Prioritárias para
313 Biodiversidade...'). Houve consenso. No próximo item apresentado ('Projetos inseridos em arranjos
314 produtivos locais...'), com destaque pelo MI para a substituição de 'vocações dos Estados' por
315 'vocações territoriais', o que foi acatado. Os dois itens seguintes apresentavam destaques pelo
316 Ministério da Saúde, que não se encontrava presente, a leitura prosseguiu para o item 'Projetos que
317 incluem ações de conservação de áreas protegidas...', com destaque dos Ministérios da Ciência e
318 Tecnologia, Saúde e Integração; o MCT solicitou que fosse proteção geral, mas com a
319 especificidade para mananciais, o que foi aceito; foi decidido pela substituição da palavra 'proteção'
320 por 'conservação' e pela inclusão de 'projetos que incluem ações', para maior clareza nos dois itens
321 seguintes ('Projetos de prevenção, combate e controle do fogo' e 'Projetos para erradicação de
322 espécies invasoras'), este último incluiu 'prevenção e controle' e 'que ameacem a biodiversidade'.
323 Sem dissenso. Houve a inclusão de item pela SEAP aqui: 'Projetos para a implantação, adequação e
324 modernização dos sistemas produtivos com a utilização de espécies nativas', de consenso. No item
325 posterior ('Garantir o uso sustentável dos recursos da biodiversidade presente nos diferentes
326 biomas...'), houve preocupação da CNI se este assunto não deveria ser diretriz, o que foi
327 concordado, tendo sido o item transposto para as Diretrizes. A SEAP apresentou novo ponto:
328 'Projetos apresentados por aqüicultores familiares e pescadores artesanais. Suas associações,
329 cooperativas e colônias', sem dissenso, mantido. Foi iniciado a discussão das Prioridades Setoriais.
330 No primeiro tópico ('Projetos de agricultura irrigada...'), foi mantido o o texto original, com a

331 inclusão entre parênteses dos textos 'que adotem práticas conservacionistas de uso da água' e 'eficaz,
332 eficiente e sustentável', com relação ao uso, com a supressão do termo 'disponível' ao final da
333 sentença, mas não houve consenso aqui quanto a melhor forma redacional, ficando o item em
334 destaque para melhor aprofundamento. No item seguinte ('Projetos relacionados ao
335 desenvolvimento regional...'), também não houve consenso, o SR **MARCO PAVARINO (MDA)**
336 sugeriu a retirada de 'relacionados ao desenvolvimento regional, tais como', pela indefinição de
337 desenvolvimento regional, também solicitou a retirada de 'sempre sob a anuência do órgão
338 ambiental responsável', por entender já estar contemplado na legislação pertinente, o que foi
339 apoiado também pela CNI e pela SEAP, que solicitou a inclusão do 'ou permissionadas de cultivo e
340 criação pelo órgão ambiental competente' . A MONAPE sugeriu a inclusão da 'carcinicultura' no rol
341 apresentado, apoiada pela ABC, que sugeriu a inclusão de 'artesanato' e colocando
342 'preferencialmente' entre parenteses. Foi incluído ainda 'sustentáveis de impacto regional nas áreas
343 de...' no lugar de 'relacionados ao desenvolvimento regional'. O tem seguinte ('Projetos
344 desenvolvidos em espelho d'água públicos'), mantido com consenso e transferido para as
345 Prioridades Espaciais. No item seguinte, com destaque pela CNI, 'Projetos de infraestrutura
346 econômica...', que pediu a retirada da expressão 'sob anuência do órgão ambiental competente', o
347 que foi consenso. O item seguinte com destaque ('Projetos de práticas agrícolas
348 conservacionistas...'), com intervenção do MDA, que solicitou a inclusão de projetos que promovam
349 a transição para modelos de base agroecológica; houve também a inserção da Lei dos Agrotóxicos e
350 a conservação dos solos, este por solicitação do MMA. O item seguinte ('Projetos de manejo
351 agroflorestal...'), o MDA pediu a inclusão do termo 'florestal', que foi acatado. O próximo parágrafo
352 ('Projetos de irrigação norteados...'), o MMA solicitou a inclusão de 'sustentabilidade' após eficácia
353 e eficiência, o que foi aceito. Na próxima sentença: 'Projetos de sustentabilidade das RPPNs...',
354 houve o pedido de retirada de 'zonas de amortecimento' pela CNA, por entender que RPPNs não as
355 possuem, o que foi acatado, sem dissenso. O próximo item dessa parte ('Projetos para a valorização
356 da biodiversidade...'), com proposta do MCT de inclusão de 'uso sustentável', além da valorização, o
357 que foi acatado em consenso. As duas outras propostas ('Atividades que utilizem de forma
358 sustentável a biodiversidade para produção de fármacos e cosméticos' e 'Projetos que agreguem
359 valor aos produtos oriundos da sociobiodiversidade'). O item 'Projetos de saneamento básico', foi
360 retirado deste item por entendimento de já estar contemplado acima. Seguiu a leitura para o
361 próximo tópico 'Prioridades Espaciais', o primeiro item com destaque ('Projetos que atendam às
362 recomendações de ordenamento territorial...'). Houve discussão da questão de escala entre SEAP,
363 MMA, MI e MAPA, sugerindo-se manter o parágrafo em destaque para posterior resolução, mas foi

364 substituída a palavra 'atendam' por 'se adequem' por sugestão do MAPA, e a inclusão de 'observem
365 as recomendações' (das áreas prioritárias), por sugestão do MMA. No item seguinte em destaque
366 ('Projetos instalados nas áreas de influência de projetos públicos de irrigação....'), foi decidido pela
367 retirada 'que prevejam o uso racional de recursos hídricos', por não ser foco da Comissão projetos
368 públicos de irrigação e por se tratar de possível restrição, tratado como tópico adiante no texto. O
369 próximo tem ('Projetos que promovam a diversificação da produção...'), a ABC solicitou a
370 substituição de 'variedades regionais' por 'espécies nativas' e 'variedades regionais', tendo sido
371 adicionado também 'incluindo policulturas' no item. O **SR. ROSALVO JUNIOR (MI)** solicitou
372 questão de ordem pedindo, pelo adiantado da hora, que se discutisse os próximos passos e sugestões
373 de encaminhamento com relação à continuidade do trabalho. A Presidência acatou a questão,
374 suspendendo o debate. Ficou decidido que o texto produto desta reunião seria consolidado pela
375 Secretaria da CONABIO, com a extrapolação de mudanças no FNE pertinentes para com os outros
376 fundo, numeração dos itens e retirada de menção às instituições que pediram destaque ou que
377 fizeram alterações no texto, ficando a expectativa de se terminar o texto na próxima reunião
378 (fevereiro) ou com a possibilidade de uma reunião extraordinária, visto o prazo de 31 de março para
379 se enviar o mesmo ao MI, que inicia o seu debate interno após esta data. Encerrados os
380 encaminhamentos, se reiniciou os trabalhos no texto ainda sob o mesmo tópico: 'Prioridades
381 Espaciais', com o item 'Projetos realizados nas mesorregiões...', tendo sido acrescido a sigla 'MI'
382 após 'SPR', a SEAP retirou o seu pedido de destaque. O item seguinte em destaque ('Projetos para a
383 recuperação e restauração de áreas degradadas...'). A CNA solicitou a retirada da porção final
384 'espécies nativas ou variedades regionais' por entender que não há um consenso em outros
385 colegiados sobre esta ser a melhor alternativa para a recuperação de áreas degradadas ou APPs. Foi
386 solicitada pelo MAPA a substituição do termo 'locais' por 'regionais', o que foi acatado. Para melhor
387 encaminhamento, o **SR. BRAULIO DIAS (MMA)** sugeriu que o parágrafo fosse dividido em dois,
388 sem prejuízo das modificações feitas ficando: 'Projetos para a recuperação e restauração de áreas
389 degradadas fora de Áreas de Preservação Permanente' e 'Projetos para recuperação e restauração de
390 Áreas de Preservação Permanente – APP (Código Florestal - Lei nº4.771, de 15 de setembro de
391 1965), utilizando espécies nativas ou variedades locais'. Para o item seguinte ('Projetos nos
392 territórios instituídos...') proposição do MMA, sem dissenso. O seguinte tópico 'Restrições' foi
393 iniciado. O primeiro item em destaque ('Atividades e/ou empreendimentos localizados em Áreas de
394 Preservação Permanente...'), a CNI ponderou sobre as exceções previstas na Resolução 369/06 do
395 CONAMA e ficou decidido pela inclusão disto ao final do texto. Nos dois itens seguintes
396 ('Atividades, empreendimentos, planos e/ou projetos localizados em áreas de amortecimento...' e

397 'Atividades localizadas em áreas de Reserva Legal...') não se promoveu alterações. No item
398 posterior: 'Produção de carvão vegetal oriundo de mata nativa', no qual não houve consenso. A
399 CNA propôs a retirada do item por entender que, num processo de desmate legal, é orientado no
400 licenciamento a destinação do material lenhoso. O item seguinte ('Atividades que promovam
401 desmatamento em Unidades de Conservação e Terras Indígenas'), a CNI propôs a inclusão de 'desde
402 que esteja em desacordo com o plano de manejo. Foi solicitado pela Presidência que se colocasse
403 aqui uma referência à Lei da Mata Atlântica e uma observação: 'nas restrições que envolvam
404 desmatamento (manejo), excetuar o que é permitido/incentivado pelos projetos de concessão de
405 exploração de florestas públicas'. O próximo item ('Projetos que promovam desmatamentos') não
406 foi consenso, ficou para um aprofundamento posterior. Para o item seguinte 'Grandes projetos de
407 infra-estrutura...' Foi apontado pela SEAP que a exigência legal é de EIA/RIMA, não da Avaliação
408 Ambiental Estratégica. O Ministério do Planejamento pontuou que ainda não é ponto pacífico o
409 conceito de AAE, o que tornaria mais difícil a inclusão deste instrumento neste texto. O texto foi
410 retirado, com uma observação para se pensar uma proposta de redação para se recomendar aos
411 Fundos o uso da Avaliação Ambiental Estratégica ou Integrada na seleção de projetos de infra-
412 estrutura. O MP solicitou inclusão de um último item 'Projetos agrícolas e de mineração em áreas
413 suscetíveis à desertificação', o que foi acatado, sem prejuízo de debate futuro do item. Encerrado as
414 discussões do FNO, o **SR. BRAULIO DIAS (MMA)** repetiu que o documento em debate seria
415 corrigido, sistematizado e adequado pela Secretaria Executiva que circularia nas emana seguinte aos
416 membros, com a data limite para retorno até o final do mês de janeiro de 2008, sendo o assunto
417 tema prioritário para a primeira reunião ordinária, ao final de fevereiro. O **SR. BRAULIO DIAS**
418 **(MMA)** informou a realização de uma reunião de consulta nacional à comunidade científica para
419 estreitar melhor a colaboração da comunidade para orientar a tomada de decisões sobre políticas
420 públicas, com pareceria entre o MMA, MCT e Itamaraty, tendo participado mais de 35 instituições;
421 outro informe foi o PAC de Ciência e Tecnologia, pelo qual o Governo se comprometeu a investir
422 recursos da ordem de 45 bilhões de dólares até 2010, tendo a biodiversidade sido incluída entre as
423 doze estratégicas do Plano, um e-mail seria circulado pela CONABIO informando o *link* para
424 download das informações. Informou sobre o produto da Câmara Técnica Temporária de Coleções
425 Científicas, que espera ter um produto em fevereiro para ser submetido à CONABIO; informou que
426 a Câmara Técnica do PANBIO está trabalhando com fundos setoriais do MCT e com a capacitação
427 de gestores públicos para biodiversidade, além do trabalho com o e-colegiados, que é um software
428 para a integração de informação entre os diferentes colegiados de meio ambiente. Informou também
429 que a Secretaria Executiva apresentará, na primeira reunião de 2008, uma proposta de atividades

430 para a CONABIO baseado nas demandas reunidas pela SE. Foi proposto pela Secretaria Executiva
431 a não inserção de apresentações nas Atas da CONABIO por que ficam muito extensas, as
432 apresentações seriam então disponibilizadas no sítio eletrônico da CONABIO e nas Atas só se faria
433 a referência ao autor e à apresentação. Agradeceu ao **SR. ROSALVO JUNIOR (MI)** pela ajuda
434 com este trabalho dos Fundos Constitucionais, reconhecendo a importância do tema tratado no
435 âmbito da CONABIO. O **SR. ROSALVO JUNIOR (MI)** ponderou sobre três assuntos: o sítio
436 eletrônico da CONABIO deveria ser atualizado para ajudar os membros e outros interessados nos
437 assuntos em pauta; pediu que as publicações distribuídas sejam também levadas ao conhecimento
438 do membros do CONAMA; e a terceira foi apresentar um espaço de debate que há, todas as
439 segundas-feiras, no Ministério da Integração, e que seria interessante se debater CONABIO e
440 biodiversidade lá. Em nada mais a ocorrer, o **SR. BRAULIO DIAS (MMA)** agradeceu a presença
441 de todos, desejou a todos boas festas e encerrou a reunião às 18h20. Eu, Felipe Monteiro Diniz, por
442 solicitação do Presidente da mesa, lavrei a presente ata.